

Museu da Umbanda e Marco Zero: territorialidades étnico-religiosas em São Gonçalo, Rio de Janeiro

*Museo Umbanda y Marco Zero: territorialidades etno-religiosas
en São Gonçalo, Río de Janeiro*



*Umbanda Museum and Marco Zero: Ethno-Religious
Territorialities in São Gonçalo, Rio de Janeiro*

Joana Bahia¹ , Camilla Fogaça Aguiar²  y Farlen de Jesús Nogueira³ 
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Para citaciones: Bahia, Joana, Fogaça Aguiar, Camilla, y Nogueira, Farlen de Jesús. Museu da Umbanda e Marco Zero: territorialidades étnico-religiosas em São Gonçalo, Rio de Janeiro. *PerspectivasAfro* 2/1 (2022): 38-58. Doi: <https://doi.org/10.32997/pa-2022-4114>

Recibido: 30 de julio de 2022

Aprobado: 18 de septiembre de 2022

Editora: Silvia Valero. Universidad de Cartagena-Colombia.

Copyright: © 2022. Bahia, Joana, Fogaça Aguiar, Camilla, y Nogueira, Farlen de Jesús. Este es un artículo de acceso abierto, distribuido bajo los términos de la licencia <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/> la cual permite el uso sin restricciones, distribución y reproducción en cualquier medio, siempre y cuando que el original, el autor y la fuente sean acreditados.

RESUMO

Analizamos neste artigo a construção do Marco Zero e do Museu da Umbanda, espaços de memórias da umbanda no município de São Gonçalo, no estado do Rio de Janeiro, e as controvérsias em torno dos vários segmentos das religiosidades afro-indígenas na construção de uma identificação étnico-racial advinda desse projeto e como parte de uma estratégia de luta contra o “racismo religioso”, em face das adversidades resultantes tanto das atitudes intolerantes do mandato da prefeita Aparecida Panisset quanto do atual governo municipal.

Palavras-Chave: Marco Zero; Museu da Umbanda; Identidades étnico-religiosas; Racismo religioso; São Gonçalo.

RESUMEN

En este artículo analizamos la construcción del Marco Cero y del Museo Umbanda, espacios de memoria umbanda en el municipio de São Gonçalo, en el estado de Río de Janeiro, y las controversias en torno a los diversos segmentos de las religiones afroindígenas en la construcción de una identificación étnico-racial derivada de este proyecto y como parte de una estrategia de lucha contra el “racismo religioso”, frente a las adversidades derivadas tanto de las actitudes intolerantes del mandato de la alcaldesa Aparecida Panisset como del actual gobierno municipal.

Palabras clave: Marco Zero; Museo de la Umbanda; identidades étnico-religiosas; Racismo religioso; São Gonçalo.

¹ Professora titular de Sociologia e Antropologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Coordenadora do Lärm/CNPQ. E-mail: joana.bahia@gmail.com

² Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em História Social vinculado à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGHS/Uerj), Faperj. E-mail: camillafogaca.pesq@gmail.com

³ Doutorando em História Social pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGHS/Uerj), Capes. E-mail: farlennogueira@gmail.com

ABSTRACT

In this article we analyze both the construction of Marco Zero and the Umbanda's Museum, which are spaces of memory of Umbanda in the municipality of São Gonçalo, in Rio de Janeiro state. We also examine the controversies surrounding various segments of Afro-indigenous religions in the construction of an ethnic-racial identification arising from this project and as part of a strategy of struggle against "religious racism" in the face of the adversities resulting from the intolerant attitudes of the mayor Aparecida Panisset and the municipality.

Keywords: Marco Zero; Museu da Umbanda; Religious and ethnic identities; Religious racism; São Gonçalo.

Introdução

As religiões afro-brasileiras tem sido perseguidas historicamente no Brasil, desde os tempos do império, com o controle da Igreja por parte do imperador, pois a religião oficial sempre foi o catolicismo. Na República, proclamada a partir de 1889, o Estado buscava construir um projeto de separação entre Igreja e Estado. Não obstante essa separação, entre os anos de 1930 e 1940, a Igreja construiu fortes alianças com o Estado (Bandeira 45), e baseando se na retórica racial, compôs novas formas de controle na esfera pública, sendo essas religiosidades acusadas de práticas de charlatanismo e medicina ilegal (Giumbelli, *A presença* 85).

Nos anos do dito Estado Novo (1937-1945), no qual o Brasil passou a ser comandado por Getúlio Vargas, o chefe de polícia varguista, Filinto Müller passou a exigir o registro das casas de santo na delegacia de polícia, a partir de 1941. Neste período, as batidas policiais eram constantes, tanto que para se defenderem, os chefes de terreiros e líderes afro-brasileiros passaram a criar federações afro-religiosas, que buscavam proteger o culto, como as federações de umbanda criadas no Rio de Janeiro (Brown 20). Esse registro obrigatório para todos os cultos afro brasileiros na polícia perdurou até 1970.

A partir da década de 1980, temos os evangélicos, em especiais os pentecostais, ocupando um lugar de visibilidade na esfera pública brasileira, principalmente na política e na mídia (Campos e Neri 136; Mariano). A intolerância foi inicialmente produzida pelas prédicas, livros e imprensa católica, destacamos aqui a campanha e *Esclarecimento aos católicos*, ou campanha anti-espiritismo, movida pela Igreja a partir de 1953 até 1962, na qual o frei Boaventura Kloppenburg e Dom Jaime Câmara produziram uma série de textos a respeito das religiões mediúnicas (Bandeira; Mainwaring). Esta campanha vai ter uma resposta dos líderes afro-brasileiros na imprensa entre os anos de 1950 e 1960. No campo pentecostal temos respectivamente, a partir dos anos 40 e em 1960, a publicação da obra *Mãe de santo*, do pastor Robert McAlister, da Igreja pentecostal Nova Vida (Silva). Posteriormente nos anos 70, temos a revista *Plenitude* publicada pelo Bispo Edir Macedo e novas publicações sob a gestão da Igreja Universal do Reino de Deus. A veiculação dessas ideias na imprensa e na mídia, somado a entrada dos grupos pentecostais e neopentecostais e suas articulações com segmentos do catolicismo mais conservadores no campo político, vai acirrar ainda mais o problema da intolerância religiosa no Brasil, de um modo geral, mas em especial em relação as religiões afro brasileiras, pois essas dominam o importante léxico da possessão e dos usos corporais, que será posteriormente ressignificado no campo pentecostal (Silva). Pelo outro lado, a partir de 2000, com a criação do dia de combate a intolerância, constituição de comissões estaduais, frentes parlamentares entre 2011 e 2018 (Vital, *Ativismo*) e vários outros modos de mobilização, as religiões afro-brasileiras vem buscando se articular na luta contra a intolerância religiosa, promovida por setores pentecostais e neopentecostais (Campos e Neri 136).

Analizamos neste artigo a construção do Marco Zero e do Museu da Umbanda, espaços de construção de memória da umbanda no município de São Gonçalo, no estado do Rio de Janeiro, e as controvérsias em torno dos vários segmentos dessa religiosidade na construção de uma identificação étnico-racial e como parte de uma estratégia de luta contra o “racismo religioso”⁴, em face das adversidades resultantes das atitudes intolerantes tanto do mandato da prefeita Aparecida Panisset quanto do atual governo municipal do prefeito capitão Nelson. Portanto, no caso analisado, observamos uma presença pública das religiões afro-brasileiras em São Gonçalo, pela via cultural. Sendo essa uma estratégia de ocupação do espaço públicos pelas religiões afro-brasileiras (Campos e Neri 141).

Desde os anos 80, o crescimento pentecostal se deu de modo crescente juntamente com a decadência econômica do município e teve maior crescimento da participação religiosa na política local reflexo da entrada dos pentecostais na política nacional.

No caso do município de São Gonçalo, analisado neste artigo, esse é considerado o berço da umbanda no país⁵ e enfrenta um claro aumento da intolerância religiosa, causado, segundo vários segmentos, pelo crescimento pentecostal no município a partir de 2000. Contudo, a prefeitura de Aparecida Panisset, segundo outros atores, também teria mérito no acirramento dessa intolerância⁶.

Panisset, se considerava líder do povo evangélico, promovendo uma coalizão política pentecostal, apresentando-se como personagem bíblico. Entretanto, esse papel não estava tão bem delineado, nem também sua postura pentecostal em relação ao povo de axé até o fim da primeira campanha política.

Silvio Henrique, liderança negra, ao analisar a campanha de Panisset de 2005, mostra que sua intencionalidade de aproveitar o contexto evangélico do município e suas conexões políticas para se eleger se deram ainda no mesmo ano. Às vésperas das eleições, ele lembra que, Panisset aparecia apenas com 10% de intenção de votos. Então ela distribuiu 6 mil jornais em todo o município, com sua concorrente direta, Graça Mattos, vestida de candomblecista. Isso garantiu que ganhasse as eleições no último momento.

Em vários eventos em que abordava sobre “melhorias à terra de São Gonçalo”, havia sempre a presença de pastores e de seu *entourage* político. Assim, sua campanha política esteve todo o tempo atrelada ao prestígio das lideranças religiosas pentecostais, favorecendo não só a identificação dos eleitores com candidaturas confessionais, como também a defesa dos interesses dessas instituições religiosas nos diferentes níveis de poder político (Machado 31). Ao observarmos São Gonçalo, compreendemos que, à medida que as diversas denominações evangélicas crescem, aumenta o número de representantes políticos vinculados a elas, expondo

⁴ Os integrantes das religiões afro-brasileiras que compõem esta pesquisa utilizam o termo “racismo religioso” e “intolerância religiosa” para indicar os diversos ataques (neo)pentecostais contra seus terreiros. Atentos as análises acadêmicas e ativismos militantes, encontramos debates acerca de ambos os termos. Iniciativas governamentais e pesquisas acadêmicas (Miranda, *Entre o privado*; Vital, *Ativismo*) corroboraram com o uso “intolerância” ao nomear as agressões destinadas aos afro-religiosos como atos de “intolerância religiosa” e promover movimentos “contra a intolerância religiosa”, além da forma “inter-religiosa” de combate à intolerância permitir uma “identidade comum a grupos religiosos historicamente diferentes” (Camurça e Rodrigues, *O debate* 20). Contudo, Camurça e Rodrigues destacam que a noção de “racismo religioso” vem ganhando força a partir do final dos anos 2010, em decorrência do ativismo dos movimentos negros e seus “intelectuais orgânicos” presentes na academia. Os defensores da categoria “racismo religioso” (Nascimento, *O fenômeno* 59; Oro, *Neopentecostais*; Sangenis e Costa, *Neopentecostalismo*; Siqueira, *Entre Orfeu*) entendem que os ataques às religiões afro-brasileiras se circunscrevem dentro da mentalidade escravocrata/racista que quer manter padrões de moralidade e costumes restritos à cultura dominante branca e cristã que exclui tudo o que não estiver de acordo com ela (Camurça e Rodrigues, *O debate*10).

⁵ O mito de origem refere-se à primeira incorporação, por Zélio de Moraes, em 1908, do espírito Caboclo das Setes Encruzilhadas. O caboclo o teria orientado a fundar sete tendas (terreiros), com a finalidade de propagar a umbanda. Tais tendas foram instaladas no Rio de Janeiro, entre 1930 e 1937.

⁶ Panisset foi vereadora (1996-2001) do município pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) e deputada estadual (2002-2004) do Rio de Janeiro pelo Partido Progressista Brasileiro (PPB), tendo assumido a prefeitura de São Gonçalo por dois mandatos seguidos (2005-2008, pelo Partido da Frente Liberal – PFL, e 2008-2012 pelo Democratas – DEM).

publicamente suas concepções religiosas e a necessidade de liderarem na “batalha contra o mal”, personificado, muitas vezes, segundo eles, nas religiões afro-brasileiras (Aguiar, *Deus* 78; Camurça *et al.*, *Relações* 83).

Além disso, houve o acirramento da intolerância religiosa também no mandato do prefeito Crivella, na cidade do Rio de Janeiro, em que muito de seu *modus operandi* se assemelhou às atitudes correntes de Panisset, como a direta interferência de segmentos pentecostais atuantes na estrutura governamental, atrasando, e muitas vezes interferindo, a realização de projetos e eventos de grupos afroreligiosos na cidade do Rio de Janeiro. Não apenas no caso de Crivella, mas também no de Panisset, sua presença política no município não resultou apenas em atitudes dos afroreligiosos diante de seus atos intolerantes, mas promoveu, em certa medida, o fortalecimento de uma identidade pentecostal que agregou uma pluralidade de denominações evangélicas em seus projetos políticos, articulando-se também a setores católicos carismáticos. Assim, todo esse cenário propiciou uma reorganização no campo das religiões de matrizes africanas no município de São Gonçalo afim de liderarem com o impacto desses mandatos na produção das intolerâncias religiosas (Aguiar, *Deus* 13; Camurça *et al.*, *Relações* 82).

Não apenas o município tratado tem apresentado esse aumento do racismo religioso, mas, em linhas gerais, o estado do Rio de Janeiro como um todo tem revelado um cenário bastante complexo. Em janeiro de 2021, véspera do Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, o Instituto de Segurança Pública (ISP) divulgou um levantamento inédito sobre os casos de violência a cultos religiosos no estado do Rio de Janeiro⁷. Com o objetivo de tirar esses dados da subnotificação e estimular a punição dos agressores, o relatório do ISP aponta que as delegacias da Secretaria de Polícia Civil fizeram 1.355 registros de ocorrência de crimes relacionados com a intolerância religiosa em 2020, ou seja, mais de três casos por dia. Nesses dados estão inclusos os casos de injúria por preconceito (1.188 vítimas) e preconceito de raça, cor, religião, etnia e procedência nacional (144).

Segundo o deputado estadual do Rio de Janeiro Átila Nunes, desde o ano 2019 dispararam os registros de ocorrência por crimes de discriminação religiosa na Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância (Decradi). Ele destaca que, somente nos cinco primeiros meses de 2021, a Delegacia notificou sete vezes mais registros de ocorrência de discriminação do que no mesmo período de 2019, incluindo os casos de intolerância religiosa.

O balanço divulgado pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), publicado em 2020, referente às denúncias de discriminação religiosa, aponta 506 casos registrados no Disque 100 (Disque Direitos Humanos) durante o ano 2018. Entre os segmentos mais atingidos, estão umbanda (72), candomblé (47), testemunhas de Jeová (31), matrizes africanas (28) e alguns segmentos evangélicos (23).⁸

Segundo os dados do Disque 100⁹ coletados entre janeiro e agosto de 2021, o estado do Rio de Janeiro é o segundo maior em violência religiosa, com 30.481 denúncias e 120.336 violações. Neste mesmo período de 2021, no Rio Janeiro, os adeptos do candomblé registraram 165 denúncias e 681 violações, já os umbandistas, 130 denúncias e 410 violações. Em ambas as religiões, a maioria das vítimas se declara do sexo feminino, com 504 mulheres para 94 homens e 347 mulheres para 98 homens, no candomblé e na umbanda, respectivamente.

⁷ Disponível em: <http://www.isp.rj.gov.br/Noticias.asp?ident=451>. Acesso em 23 set. 2021.

⁸ Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2019/junho/balanco-anual-disque-100-registra-mais-de-500-casos-de-discriminacao-religiosa>. Acesso em: 23 set. 2021.

⁹ Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/paineldadosdaondh/copy_of_dados-atuais-2021. Acesso em: 22 de set. 2021.

O Rio de Janeiro também ocupa a segunda posição no *ranking* de violações cometidas por líder religioso, com 37 denúncias.

Dessa forma, entendemos que, no primeiro semestre de 2021, os grupos afro religiosos são vítimas das estatísticas de violações dos direitos humanos no Brasil, sendo o Rio de Janeiro o segundo estado com maior número de violações voltadas a declarantes candomblecistas e umbandistas, em sua maioria mulheres e pretas. O perfil do suspeito registrado é o de cristão, do sexo masculino e líder religioso.

São Gonçalo, berço de qual umbanda?

A história da umbanda gera muitas divergências entre os autores que a estudam. Enquanto alguns consideram sua origem relacionada com Zélio Fernandino de Moraes, atribuindo-lhe o *status* de fundador da religião (1891-1975) (Brown 15), outros discordam dessa teoria (Giumbelli, *Zélio de Moraes* 202; Ortiz 102; Rodhe 89) evidenciando que sua fundação é múltipla e diversificada. Parés (395) afirma que possivelmente as origens da umbanda estão relacionadas as tradições da África Central, dos povos kongo-angola (falantes de línguas bantu). Para o autor (396), “essas tradições, mais permeáveis e tendentes à mistura, estariam na base do candomblé de caboclo, da cabula (hoje extinta), da macumba, da quimbanda e, em última instância, da umbanda, a religião nacional nascida no Sul do país”.

No final da década de 1960 é que a história da religião começou a ser estudada. Diana Brown (17) analisou a fundação e a expansão da umbanda no Rio de Janeiro ao longo do século XX. Para Brown (15), a narrativa de Zélio de Moraes sobre a religião e seu relato de doença e posterior cura teriam desenvolvido a concepção de um “mito de origem” da umbanda. Em sua concepção, Zélio é apontado como possível anunciador da umbanda a partir da incorporação do Caboclo das Sete Encruzilhadas ainda no início do século XX, no município de São Gonçalo.

A autora (Brown 9) compreende que a fundação da religião ocorreu em São Gonçalo em meados da década de 1920 por iniciativa de um grupo de kardecistas de classe média que teriam começado a mesclar suas práticas religiosas com práticas de tradições afro-brasileiras, em uma relação sincrética em diversos núcleos urbanos desde o final do século XIX (incluído o Rio de Janeiro). Dessa forma, Brown (10) acredita ser Zélio seu fundador porque ela considera seu centro de umbanda o “mais antigo” da cidade.

Tal concepção da umbanda apresentada por esse líder é denominada, pela bibliografia de umbanda, “pura” ou “branca”, pois, sendo oriunda do kardecismo e tendo sido legitimada em face do Estado Novo (1937-1945), os intelectuais destituíram-na ao máximo de simbologias afro-religiosas (Brown 18). Portanto, a umbanda defendida por Zélio e seus companheiros colocava-se mais próximo do lado mais kardecista, católico ou “branco” do *continuum* mediúnico presente nas religiões ditas mediúnicas e afro-brasileiras (Birman 122; Brown 20). A umbanda então seria também uma religião brasileira para esse segmento, tendo sua origem em antigas filosofias orientais e afastando-se de suas origens e ligações com o continente africano.

Com seu crescimento, a religião passou por algumas mudanças no campo federativo, ao longo dos anos 1950, pois sugeriram seis novas federações de umbanda no Rio de Janeiro, além da União Espiritista de Umbanda do Brasil (UEUB). Entre elas, está a Confederação Espírita Umbandista (CEU), fundada por Tancredo da Silva Pinto. Essa Federação defendia um projeto de reafirmação para a umbanda. Portanto, nem todos os intelectuais do campo religioso umbandista concordavam com a “umbanda branca” e seu projeto de doutrinação da religião.

Tancredo pertencia aos mundos da música e da religião, sendo essas duas dimensões indissociáveis em sua vida. Foi um dirigente umbandista e sambista, nascido na cidade fluminense de Cantagalo, em 1905. Líder religioso da linha denominada “omolocô”, em 1950, fundou a CEU, tendo publicado diversos livros sobre o tema. Também escreveu durante 25 anos, desde 1953, uma coluna semana no jornal *O Dia*, denominada “Os sacerdotes de umbandas”, na qual defendia suas concepções religiosas. A entrada no jornal teria se dado a partir de suas alianças políticas, visto que o líder umbandista era amigo de Chagas Freitas, proprietário do jornal, além de deputado da Guanabara, vindo a ocupar o papel de governador do estado de 1971 a 1975 (Nogueira, *O papa* 69).

A partir de 1954, observa-se o início de controvérsias públicas, envolvendo intelectuais da religião, ou seja, membros da Ueub e da CEU, que passaram a confrontar-se na imprensa carioca. As críticas e acusações se davam principalmente em torno das diferentes concepções de religião, pois enquanto a Ueub defendia um modelo “embranquecido” de umbanda, a CEU propagava uma religião que se afirmava a partir de seus símbolos de origem negra. Portanto, pode-se observar que as críticas contra Tancredo e a CEU referem-se à defesa por parte deste de um modelo de umbanda que valorizasse suas raízes negras e que não era visto pelos membros do *Jornal de Umbanda* como umbanda, mas como candomblé. Isso nos leva a entender que, no jogo de controvérsias entre os diferentes intelectuais umbandistas, existiam diferentes projetos de nomeação da realidade (Bourdieu 11). Abordaremos a seguir sob qual realidade trata o projeto do Marco Zero em São Gonçalo.

Marco Zero

O Marco Zero da Umbanda é um projeto desenvolvido pelo ex-candidato a vereador de São Gonçalo, Waguinho Macumba¹⁰. O projeto tem por objetivo demarcar na Praça de Neves do município em questão como um espaço de memória voltado à celebração do nascimento da umbanda fundada por Zélio Fernandino de Moraes. A antiga Praça de Neves localiza-se exatamente ao lado da rua onde, até 2011, havia a estrutura da casa de origem da umbanda. O Projeto Marco Zero da Umbanda começou a ser idealizado em 2011, a partir da derrubada da antiga casa de Zélio de Moraes, mas foi concretizado em 2019.

Para Waguinho, o Projeto Marco Zero da Umbanda consiste em alterar o nome da Praça de Neves para Praça Zélio Fernandino de Moraes, construir no local um monumento, um busto, do sacerdote que “anunciou a religião brasileira”, e desenvolver ações conjuntas entre o município de São Gonçalo e Niterói, visando à consolidação do Marco Zero e ao registro da umbanda como “religião brasileira e patrimônio cultural imaterial das duas cidades”, estabelecendo um calendário de eventos e ações *online* e presenciais.

Em 2019, o vereador de São Gonçalo Claudio Rocha (*Partido da Social Democracia Brasileira* – PSDB) abraçou o Projeto Marco Zero da Umbanda e o levou para discussão na Câmara Municipal. No mesmo ano, o Projeto foi votado em plenário, aprovado e sancionado pelo prefeito José Luiz Nanci (Cidadania). Segundo Waguinho Macumba, no dia 15 de novembro de 2019, cerca de 300 pessoas, entre elas representantes do Conselho Nacional de Umbanda, da União Espiritualista de Umbanda e Afro-brasileiro do Estado do Rio de Janeiro, do Movimento Negro Unificado, do Conselho Municipal de Igualdade Racial de São Gonçalo e de diversos

¹⁰ Waguinho Macumba, diretor social da União Espiritualista de Umbanda e Afro-brasileiro do Estado do Rio de Janeiro, candidatou-se ao cargo de vereador pelo *Partido da Social Democracia Brasileira* (PSDB), em 2020. Waguinho é membro atuante do Movimento Negro Unificado (MNU), atualmente participa das reuniões como delegado do MNU-Niterói, RJ e se autodeclara afrodescendente.

terreiros de umbanda e candomblé, estiverem presentes na homenagem pelos 111 anos da umbanda e inauguração da Praça Zélio Fernandino de Moraes, a Praça da Umbanda.¹¹

Para Waguinho, a data em que o Projeto Marco Zero da Umbanda torna-se lei municipal estabelece uma ligação com o registro da fundação da umbanda por Zélio de Moraes, em 15 de novembro de 1908. Em uma das conversas por WhatsApp, ele elucida que:

[...] o Marco Zero, “M” (0) da Umbanda, é a representação espacial, em sua dimensão concreta, do espiritualismo das religiões afro-brasileiras que representam o quanto viva e cheia de amor e fé é a nossa prática. O Projeto é histórico e revolucionário de conquista, luta, força e grandeza do que nós, umbandistas, somos para os gonçalenses e para todo o estado do Rio de Janeiro. O vereador Claudio Rocha abraçou o nosso Projeto e estamos unidos para lançá-lo junto a um evento ímpar em prol do povo que merece todo o reconhecimento de sua história e que faz parte da formação social do Brasil enquanto nação moderna.¹²

Waguinho associa a ideia de modernidade à criação da umbanda como religião nacional. Isaia (*Umbanda* 116) analisa o esforço de alguns intelectuais umbandistas em “nomear” a realidade brasileira a partir da criação de uma religião nacional, e de um Brasil que seria representado por religião. Para ele, “a narrativa mitológica da fundação ou anunciação da umbanda é compreendida como uma operação que tem como objetivo não apenas denominar, mas instituir uma realidade, torná-la indiscutível, acima da história” (Isaia, *Umbanda* 16). Ao nominar a umbanda como parte de uma nação moderna, há uma representatividade étnico-racial, em que existe a ideia de algo para todos, uma nação em que a umbanda, em sua origem mesclada, retrataria um modelo étnico moderno, em que todos seriam representados por essa mistura.

Para Isaia (*Umbanda*), o “mito de origem da umbanda” pensou não somente a história da religião, mas a própria história nacional. “Como na narrativa católica, o mito umbandista aponta para uma representação miscigenada, embasada na tríade: negro, índio, branco, onde não falta, em alguns aspectos, a ascendência do último elemento” (Isaia, *Umbanda* 117). Todavia, Zélio de Moraes, como fundador da umbanda, não representa um consenso nem para os autores do campo, nem para alguns líderes umbandistas ou candomblecistas.

Giumbelli (*Zélio de Moraes* 195) compreende que o processo de construção de uma imagem de Zélio como fundador da umbanda teria se dado tardiamente, ou seja, a partir do final da década de 1960, período que classifica como um “período de dispersão doutrinária e de divisão institucional”. Essa construção apontaria para um projeto federativo específico, “que procura generalizar o que tende a permanecer uma consagração restrita a certo segmento do universo umbandista” (Giumbelli, *Zélio de Moraes* 195).

Assim como o autor acima, Rohde (9) discorda sobre a relação estabelecida entre o médium e as origens da religião. Para ele, apesar de uma grande virada, que teria se dado a partir da “umbanda branca” e de sua narrativa de fundação, os praticantes da chamada “umbanda branca” emprestaram _de um certo modo_ sua história de fundação, assim como suas crenças e práticas, ao amplo e complexo desenvolvimento da umbanda que não se esgota em uma única forma de religião (Rohde 9-10).

¹¹ Disponível em: https://issuu.com/viviana.assuncao/docs/icapra_125_. Acesso em: 22 de set. 2021.

¹² MACHADO, Wagner. *Entrevista IV* [2021]. Entrevistador: Camilla Fogaça Aguiar. São Gonçalo, 27 de maio 2021. 1 arquivo mp3 (68min).

Neste sentido, apesar de Zélio de Moraes ser apontado como o fundador da umbanda no Brasil por parte de alguns adeptos da religião, a ponto de ser reconhecido oficialmente pelo Estado, acreditamos que existem muitas “umbandas” e interpretações sobre a origem da religião, mesmo dentro da religião.

Perguntamos em que medida essa inspiração étnico-racial representaria os diferentes segmentos negros e suas religiosidades? Ou de que maneira esse modelo proposto por Waguinho seria um modo de pensar o étnico em um momento em que nada se consegue em termos de políticas raciais com um governo conservador, e em que seus representantes negam mesmo a existência de racismos e da necessidade de pensar os símbolos e as lideranças negras?¹³ Tomar a ideia de uma umbanda para todos, com visibilidade histórica e política, pode ser considerado estratégico e conseguir espaço e fácil aceitação no campo político local?

Sabemos, desde o início do governo Bolsonaro, das constantes desavenças entre o presidente da Fundação Palmares, Sérgio Camargo, e o Movimento Negro Unificado (MNU) e os demais segmentos negros que tinham nessa instituição um lugar de apoio a suas demandas e projetos. Tanto Jair Ribeiro quanto Silvio Henrique¹⁴ concordam que a Fundação Palmares não cumpre seu papel de promover ações de proteção à comunidade negra. Para ambas as lideranças, a política do governo federal destruiu qualquer tipo de movimento social, e a Fundação não abriu canais de diálogo, nem editais de apoio às comunidades negras. Além disso, exonerou todos aqueles que tinham interlocução com o Movimento Negro, reduzindo os canais de promoção de igualdade racial pelo Governo Federal, conforme vimos nas afirmações de Átila Nunes. Também não há investimentos do governo do estado do Rio de Janeiro contra o considerável aumento da intolerância religiosa.

Waguinho Macumba deixa evidente em seu discurso que, a partir das etapas desse Projeto, pretende construir uma memória religiosa municipal e atrair notoriedade política vinculada à sua religião, destacando que será o candidato que vai lutar pelo reconhecimento histórico que o povo de terreiro tem não só no município, mas na formação nacional. Leonardo Mattos,¹⁵ um dos principais membros do núcleo e da campanha de Waguinho Macumba, afirma que o Marco Zero da Umbanda é uma referência ao Marco Zero de Recife, de São Paulo e de outros lugares, sendo o início da cidade, o ponto onde a cidade foi fundada, sua origem.

Para Waguinho, contudo, o Marco Zero é o início da umbanda, a origem da umbanda e, conseqüentemente, onde começaria São Gonçalo. Assim, o Projeto visa a estabelecer um espaço-tempo que demarque o início de “uma religião brasileira”. Para Leonardo Mattos, a umbanda deve ser defendida como um patrimônio de todos os brasileiros, não só de umbandistas e praticantes de religiões de matriz africana, mas de todos os brasileiros, de toda a África e a humanidade.¹⁶

[...] uma memória que se concretiza para formar a nossa identidade. Imagina a gente sem o nosso passado. Quem somos nós? Quem são os nossos pais? E o que nos forma enquanto sociedade é a

¹³ O ministro Sérgio Camargo afirma que tanto Zumbi quanto o Movimento Negro são “parte de uma escória maldita”, corroborando com a ideia de que o racismo real só existe nos Estados Unidos e que, não obstante a escravidão ter sido terrível, ao final se tornou benéfica para os descendentes, pois, para ele, os negros brasileiros vivem melhor do que os africanos. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/06/30/critico-de-zumbi-dos-palmares-sergio-camargo-chefiara-comite-gestor-da-area-onde-fica-memorial.ghtml>. Acesso em: 14 set. 2021.

¹⁴ Presidente e fundador da União de Negros pela Igualdade (Unegro), em São Gonçalo, secretário estadual da Unegro, diretor da Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores, membro do Conselho De Igualdade Racial. Ele atua como conselheiro tutelar em São Gonçalo, na região de Alcântara. Faz parte do Movimento Ocupa, que é um movimento de valorização da cultura da cidade, no qual são feitos trabalhos de reconhecimento histórico.

¹⁵ Leonardo Mattos é professor de geografia, formado pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com especialidade em políticas urbanas. É responsável pela pasta de Ciência e Tecnologia do Conselho Nacional de Umbanda e atua como um dos articuladores principais da campanha eleitoral de Waguinho Macumba.

¹⁶ Informações retiradas do Canal de Waguinho Macumba no YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=83TOSoNhZ5Y&t=84s>. Acesso em: 14 set. 2021.

memória coletiva, que se transmuta em patrimônio, e esse patrimônio aí foi perdido, foi silenciado, foi nos tirado. Um momento muito ruim para a sociedade brasileira, não só para nós umbandistas.

Dessa forma, Leonardo Mattos afirma que, ao materializar uma memória, o Projeto propõe que nunca mais se esqueça o patrimônio, lembrando que “a umbanda não é do Waguinho, não é do Conselho Nacional de Umbanda, não é do Zélio, mas sim de todos nós”, e também de São Gonçalo. Para ele, a umbanda “é a religião brasileira que junta todas as religiões e o povo de terreiro em rituais e cultos de amor ao pai maior, Oxalá, Jesus Cristo”.

Ainda para Mattos, além de a umbanda ser uma religião genuinamente brasileira, ao articular o indígena, os ex-escravizados, negros, boiadeiros, ciganos e outras tradições e costumes, ela ultrapassa os limites da religião e torna-se promotora de ensinamentos para a vida. Para o geógrafo, em um terreiro podem ser praticados valores úteis à vida em sociedade, como coletividade, caridade, amor, doação, fé. Assim, ao resgatar a memória da casa de Zélio e a trajetória de vida dessa umbanda, os idealizadores do Marco Zero também consolidam valores morais que acreditam ser importantes para o bom convívio de qualquer sociedade. Leonardo toma o terreiro como parte dessa identidade de compartilhamento e de convívio social, algo próprio do universo afroreligioso, comum entre vários segmentos religiosos. Mas também é no terreiro que se formam identidades religiosas, sejam elas negras ou não.

Waguinho defende que a umbanda nasce em São Gonçalo, mas não fica restrita ao município, pois atualmente a religião pode ser encontrada em várias partes do mundo. Assim, argumenta que é obrigação de todo umbandista promover a bandeira de Oxalá, e uma das formas que encontrou para cumprir essa obrigação foi a de propagar o Marco Zero no município de São Gonçalo, já que foi nesse local que Zélio de Moraes incorporou o Caboclo das Sete Encruzilhadas e anunciou uma nova religião, na qual os espíritos de antigos escravos e indígenas poderiam vir à Terra como espaço da caridade. Ele ainda ressalta que é em São Gonçalo que essa umbanda, que hoje está em diversos países, deu seu primeiro grito de liberdade, “o grito de independência da umbanda”.

Waguinho destaca o apoio que recebeu do bisneto de Zélio Fernandino de Moraes, Leonardo Cunha,¹⁷ no evento de inauguração do Marco Zero da Umbanda, ocasião em que ele agradeceu e parabenizou a iniciativa do Projeto, e também do Instituto Cultural de Apoio e Pesquisa das Religiões Afro, cujo editor responsável é Marcelo Fritz.

Jair Ribeiro,¹⁸ representante do MNU de Niterói, também presente ao evento, define o Marco Zero como um movimento de reparação histórica, que se iniciou a partir da derrubada da antiga casa de Zélio de Moraes durante o governo de Aparecida Panisset. Para ele, a movimentação em prol do Marco Zero acontece como um ponto de garantia de uma reparação histórica do contexto em que as religiões afro-brasileiras têm vivido desde o mandato da referida prefeita. Não obstante Jair Ribeiro declarar ter pleno conhecimento das umbandas praticadas em São Gonçalo, ele lembra que a umbanda de Zélio “trouxe uma repercussão consistente para a religião, uma vez que, com a entrada dele na política municipal de São Gonçalo, a sua umbanda teve

¹⁷ Leonardo Cunha é o responsável atual pela Tenda da Piedade, em cachoeira de Macacu.

¹⁸ Ele é suboficial da reserva do Corpo de Bombeiros, em Niterói. Por vocação e atuação nas comunidades, migrou para diversas atividades sociais. Integra um grupo artístico chamado “As de Ouro”, também composto por Waguinho Macumba e seu irmão de sangue, Victor Hugo. Em 21 de agosto de 2021, foi eleito também coordenador do MNU de Niterói. Faz parte do MNU há três décadas. Também é ogã do candomblé de angola e dirige duas casas, uma em Belfort Roxo e outra em Niterói.

visibilidade”¹⁹. No momento em que há uma intensificação da intolerância religiosa no município, é importante lembrar que Zélio de Moraes é uma referência, podendo ser um ponto de partida nessa luta. Em seu depoimento, enfatiza a dificuldade de diálogo com a Fundação Palmares, em que a maioria dos movimentos sociais negros têm sido sistematicamente vetados, e suas demandas, negadas.

Conforme observamos, nem todos os segmentos concordam com os termos propostos por Waguinho Macumba para o Marco Zero. Para alguns, como Pedro²⁰, o processo do Projeto transcorreu em um contexto pandêmico, sem grande articulação com outras lutas que as pessoas de axé estão enfrentando no momento (desemprego, dificuldade de acesso à saúde pública, saneamento básico). Há outros que não o reconhecem como projeto de umbanda, pois acreditam em uma umbanda negra, majoritária na região. Em entrevista realizada com Isis D’ Xangô (terreiro de umbanda banto-ameríndio)²¹, fica evidente a importância do projeto para a umbanda, sendo Waguinho um representante de alguns segmentos negros, da história da umbanda, mas que não tem representatividade alguma sobre a diversidade de práticas religiosas existentes na região. Para ela, o projeto não alcança o que é a realidade da religião, “a umbanda do Zélio é política”²². Nesse sentido, a umbanda de Zélio trouxe mais adeptos por ser uma umbanda mais branca, sem atabaque, sem corte, sem oferenda para o guia, ao contrário da umbanda praticada hoje pela maioria dos adeptos de São Gonçalo, que é a umbanda de Tancredo, mais próxima ao orixá, isto é, uma umbanda preta.

Isis D’ Xangô vem de um terreiro banto-ameríndio, tratando-se de uma umbanda que não corresponde nem à de Zélio, nem à de Tancredo. Para ela, assim, há também muitas outras formas de praticar a umbanda. Por isso, afirma que o que pode atrair votos para Waguinho Macumba é estar inserido na comunidade de forma ativa, vendo as necessidades do povo de santo como um todo. Para o enfrentamento dos segmentos evangélicos, Isis acredita que não serão monumentos que ocuparão de fato o espaço público. Ela acredita que monumentos são coisas de acadêmicos e que não dialogam com as necessidades diretas dos praticantes religiosos.

Nesse sentido, imagina que os adeptos da religião afro precisam entrar no cenário municipal de outra forma, uma vez que só vai às reuniões sobre os assuntos de terreiro quem é do meio, sendo um grupo muito pequeno; assim, faz-se necessário abrir outras frentes de luta. Ela afirma que “o povo de axé precisa ter outra visão, levando em consideração que é um município majoritariamente evangélico”²³. Tanto para Silvio Henrique quanto para Isis D’ Xangô, no primeiro mandato de Panisset não estava tão clara sua ofensiva às religiões afro-brasileiras, bem como a expansão pentecostal para os quadros da prefeitura e menos ainda sua prática, que se tornou recorrente, de cultos em espaços públicos da política local, fato negativo para essas religiosidades, pois eram constantemente demonizadas nessas ocasiões.

Além do projeto do Marco Zero, das distintas representações em torno do que sejam as umbandas, das religiosidades que estão sendo tratadas e defendidas por diferentes posições e grupos, temos ainda o projeto do Museu da Umbanda para o município, em que novamente a(s) umbanda(s) é o ponto central.

¹⁹ RIBEIRO, Jair. *Entrevista I* [2021]. Entrevistador: Camilla Fogaça Aguiar. São Gonçalo, 17 de setembro 2021. 1 arquivo mp3 (60min).

²⁰ Pedro é morador de São Gonçalo, frequenta terreiro de candomblé na cidade. Ele compõe a Associação de Casas de Axé do Município de São Gonçalo, uma organização política composta por lideranças de axé do município (Aguiar, *Deus*).

²¹ Seu terreiro tem 20 anos de existência e se iniciou na Praia da Luz, em São Gonçalo. Sua mãe de santo, Susimere de Nanã, é originária de uma casa em Magé. Seu terreiro traz na prática uma filosofia indígena de ancestralidade de sangue.

²² Mello, Isis. *Entrevista I* [2021]. Entrevistador: Camilla Fogaça Aguiar. São Gonçalo, 28 de agosto 2021. 1 arquivo mp3 (120min).

²³ Mello, 2021.

Museu da Umbanda: una e diversa

O museu da umbanda ou MuseUmbanda, é idealizado inicialmente pela liderança de terreiro do município de São Gonçalo, Fernando D'Oxum. Ele nasceu em São Gonçalo, no bairro Zé Garoto, em 1972. Se formou em direito pela Candido Mendes, em 2013. Atualmente exerce a profissão de analista de licitação pública e, desde 2016, atua como liderança e herdeiro da Tenda Espírita São Lázaro, templo umbandista fundado por sua mãe, Maria Helena D'Obaluaê, em 1994, e hoje soma quase 50 membros. Fernando D'Oxum se apresenta como racialmente branco, mas "um cara militante da esquerda, totalmente antirracista convicto"²⁴, e que segue uma umbanda que não pode ser desconectada das matrizes africanas, ele afirma vir de uma umbanda omolocô. Assim Fernando D'Oxum defende um Museu que capaz de abarcar toda a diversidade da Umbanda.

Em 2019, esse projeto nasce com o objetivo de territorializar a Umbanda em São Gonçalo, construir história do seu nascimento, servindo no combate aos inúmeros casos de intolerância religiosa, desenvolvendo exposições e conhecimento cultural nos campos da arte, música, literatura, dança, etc. Segundo o documento que está disponível no site oficial da instituição, o museu pretende apresentar "muito mais que uma estrutura física, será um novo espaço para o resgate da cultura, e dos saberes da umbanda dentro do Estado do Rio de Janeiro"²⁵.

Para Fernando, o museu seria um instrumento pedagógico de combate a intolerância contra as religiões de matrizes africanas. Em seu ponto de vista a umbanda é uma religião brasileira formada a partir das três matrizes que são pilares da formação brasileira: europeia, indígena e africana. Além de construir enredos para uma história religiosa umbandista, o texto entrelaça a origem da umbanda com o desenvolvimento da cidade de São Gonçalo, e a formação da sociedade brasileira.

A ideia inicial do projeto surgiu da leitura de uma matéria sobre a antiga casa de Zélio de Moraes, no município. Isso ocorreu em novembro de 2019, durante a Semana da Umbanda²⁶ e ano em que a religião estava completando 110 anos. Para este líder umbandista, o museu é uma necessidade não só do mundo espiritual, mas também por demandas históricas de se construir em São Gonçalo diferentes olhares que ressaltem a importância do município como "berço da umbanda"²⁷. Este não se trata apenas de trazer o resgate público dessa memória, e nem atrelar a sua identidade a uma instituição confessional religiosa, mas sim uma instituição acadêmica. Pois acredita que ao deslocar o da religião e pensar dentro de uma proposta museológica no campo da história, isso traga mais visibilidade ao abarcar outras culturas em diferentes campos artísticos (música, dança entre outros).

Este desenho do museu contribuiu com a perspectiva de que o espaço seja uma porta aberta para tratar das intolerâncias religiosas vividas pelo povo de axé no município, como as tentativas de ações junto ao DECRADI que, para o idealizador do Museu, vem fazendo um grande avanço ao abrir novas delegacias nos interiores do Estado.

²⁴ TORRES, Fernando. **Entrevista I**. Entrevistador: Camilla Fogaça Aguiar. São Gonçalo, 15 de fevereiro 2022. 1 arquivo mp3 (40min).

²⁵ www.museumbanda.mus.br

²⁶ Evento criado em 2021 pela Secretaria de Turismo e Cultura da Prefeitura de São Gonçalo, em que um grupo de adeptos da religião elaboram diversas atividades abertas para a participação da população. Na programação, mesas de debates, apresentações culturais, solenidades, estudos científicos, entre outras ações. Disponível em: <<https://www.saogoncalo.rj.gov.br/sao-goncalo-divulga-programacao-da-1a-semana-da-umbanda/>>. Acesso em março de 2022.

²⁷ O município é considerado, por alguns praticantes afro-religiosos, como o lugar originário da umbanda, onde essa religiosidade foi gerada. O mito de origem refere-se à primeira incorporação, por Zélio de Moraes, em 1908, do espírito Caboclo das Setes Encruzilhadas. Ele o teria orientado a fundar sete tendas (terreiros), com a finalidade de propagar a umbanda. Tais tendas foram instaladas no Rio de Janeiro, entre 1930 e 1937.

Para ele, é importante entender tanto a cultura umbandista desenvolvida a partir da religiosidade de Zélio de Moraes quanto às demais vertentes da Umbanda que existem. Por isso, o Museu não ser uma instituição religiosa e nem promover qualquer forma de proselitismo religioso, menos ainda um modelo de umbanda branca, como a de Zélio de Moraes.

Fernando D'Oxum²⁸ defende o reconhecimento da figura política de Zélio, pois para ele, durante o Estado Novo e na Ditadura, "Zélio não deixou a umbanda ser apagada graças a criação da Federação Umbandista, em 1940": "negar a função e a importância de Zélio dentro da história da umbanda é muito grave, apesar de reconhecer todas as outras vertentes, defender Zélio é uma legalidade, mas não amor e fidelidade ao culto que ele praticava"²⁹.

Ele afirma que o bisneto de Zélio de Moraes, atual administrador da Tenda Espírita Nossa Senhora da Piedade, apoia o museu, e entende que a umbanda não pertence ao Zélio de Moraes e a sua família. Para Fernando, apesar de Zélio de Moraes ter sido importantíssimo para a legalidade da umbanda nos anos 1940, ele não foi o fundador ou o iniciador sozinho de uma cultura nova, mas sim trouxe força e legalidade à religião que já tem "várias pinceladas e culturas diferentes"³⁰.

O autor do projeto pensa sobre a ideia de uma antropofagia religiosa, em que trará comida de orixás e ainda toda uma cultura, que não é essencialmente da umbanda. Para Fernando D'Oxum, assim como a umbanda omolocô³¹, a umbanda não pode se desconectar de todas as suas matrizes pretas, "então claro que vai se ver também como uma instituição preta"³².

Neste sentido, a umbanda seria uma porta de entrada, primeiramente uma, e depois diversa, em que poderia a partir de sua legitimidade política e pública relacionada a história do município e da umbanda fundada por Zélio, entrar também outros modos de pensar e praticar a umbanda, quanto outras religiosidades e culturas negras e afro religiosas. O projeto inicia com a ideia da umbanda, demarcando a relação de Zélio com a fundação da religião no município, para mais tarde abarcar as demais umbandas e outras identidades étnico e religiosas.

O museu seria num primeiro momento uma solução estratégica para várias expressões identitárias étnico religiosas, entretanto o epíteto umbanda parece complicar a maior expansão do projeto num território marcadamente pentecostal. Este marcaria um território e uma memória que tem um pertencimento religioso, e que, não obstante estar em conflito com um campo pentecostal em crescimento no próprio município, essa história deve ser exposta em um lugar de produção histórica e cultural. O que não deixa de representar disputas por territórios e por estabelecimento de uma memória da umbanda.

O projeto prevê a criação da identidade visual do projeto, criação de mídias sociais, instagram e facebook, realização da Semana da Umbanda em dois seminários que ocorrerão em novembro de 2020 e 2021, inclusão

²⁸ TORRES, Fernando. **Entrevista I**. Entrevistador: Camilla Fogaça Aguiar. São Gonçalo, 15 de fevereiro 2022. 1 arquivo mp3 (40min).

²⁹ O entrevistado se refere ao fato de que Zélio de Moraes, criador da umbanda não foi o único que criou a religião, tiveram outros líderes religiosos que existiram no mesmo período (1910-1940), lideranças poucas estudadas e referidos na história da religião. Neste sentido, não podemos negar a influência de Zélio na produção de um campo religioso umbandista _nos anos 40_ com uma concepção de umbanda branca (sem atabaques e sem cantos em línguas africanizadas, sem abate animal como oferenda), porém também não podemos negar a existências de umbandas negras, esotéricas e com influências ameríndias e com diferentes cosmologias e rituais.

³⁰ TORRES, Fernando. **Entrevista I**. Entrevistador: Camilla Fogaça Aguiar. São Gonçalo, 15 de fevereiro 2022. 1 arquivo mp3 (40min).

³¹ Umbanda omolocô é uma umbanda considerada negra, originária de Angola, dos povos Lundas-Quiôcos, defendida pela liderança negra Tancredo da Silva Pinto. Neste sentido, o entrevistado entende que outros tipos de umbandas podem fazer parte do museu, além da umbanda do Zélio de Moraes incluindo a umbanda negra de Tancredo.

³² TORRES, Fernando. **Entrevista I**. Entrevistador: Camilla Fogaça Aguiar. São Gonçalo, 15 de fevereiro 2022. 1 arquivo mp3 (40min).

do Projeto MuseUmbanda na Lei Diretrizes Orçamentárias 2022 da Câmara Municipal de São Gonçalo, disponibilizar o Site oficial do MuseUmbanda, Aprovação da Medalha Zélio Fernandino de Moraes, em dezembro de 2021, na câmara de São Gonçalo. Entre os planos futuros, estão a abertura e registro dos documentos da Associação Cultural e do Patrimônio Histórico MuseUmbanda de São Gonçalo, junto a Cartórios e Ministério da Fazenda, assim como a criação do seu CNPJ³³; buscar parcerias com a UERJ e a UFF e a realização para a construção física do museu, e sua possível inauguração em 20 de novembro de 2024.

Não obstante, o MuseUmbanda vir conquistando algumas de suas demandas, há ainda muitas barreiras religiosas a projetos e ações que advêm dos povos de terreiros. Para Fernando, “se o Museu tivesse apenas o intuito religioso, e concorresse a algum tipo de isenção, por não carregar a alcunha de igreja”³³, certamente teria mais resistências dentro do município³⁴. Pois quando se trata da concessão de alvará das esferas públicas municipais para o funcionamento das igrejas pentecostais, essa concessão é mais fácil do que quando comparada a dificuldade que os terreiros de São Gonçalo possuem junto a burocracia municipal. Essa ideia em que a intolerância se imiscui nas etapas da burocracia, mostra o quanto as próprias instituições reproduzem o ambiente pentecostal em suas esferas.

Fernando inicialmente considera o museu um projeto cultural sem uma alcunha religiosa, o que seria “estratégico” para ser representado por um grupo afro religioso em busca de parcerias não religiosas, o que poderia trazer outros grupos para a sua composição, como é o caso da universidade e de outros segmentos relacionados a uma imagem mais ampla, política e sincrética da umbanda de Zélio: uma umbanda para todos. Porém o epíteto umbanda pode também nos lembrar que as culturas negras, indígenas e outras certamente entrarão no projeto do museu.

A estratégia culturalista e patrimonial da umbanda pela existência de um museu trata-se de um modo de construção, ainda recorrente, da presença dos segmentos afro religiosos na esfera pública (Giumbelli, *Presença* 81; Morais 63). A abordagem culturalista, sempre tende a enfatizar o que é étnico e específico de um modo de vida ou cultura, porém as escolhas de quem apoia ao museu é de um simbólico politicamente sincrético, considerado marco da história nacional. Transformar São Gonçalo em lugar e memória da história dessa religião é um marco também político, de pensar um lugar de uma religião que é parte de um projeto nacional. Transformar a umbanda em museu traz outras marcas e sinais de luta mais permanentes.

Entretanto com todos os empecilhos, Fernando tem buscado ajuda junto ao novo coordenador de assuntos religiosos do município, Pastor Ferrugem³⁵. Um dos temas tratados pelo pastor numa última conversa com Fernando, foi de que “a prefeitura de São Gonçalo estava sofrendo acusação de intolerância religiosa, por destinar para a construção do museu da umbanda apenas 10% do que iria ser destinado aos museus cristãos”³⁶.

³³ TORRES, Fernando. **Entrevista I**. Entrevistador: Camilla Fogaça Aguiar. São Gonçalo, 15 de fevereiro 2022. 1 arquivo mp3 (40min).

³⁴ O município de São Gonçalo teve um crescimento pentecostal grande a partir de 1980, e por conta da intolerância desse segmento religioso em relação aos grupos afro religiosos, seria muito difícil, praticamente impossível criar um museu com o sentido religioso pautado na cosmologia das religiosidades afrobrasileiras.

³⁵ Ele nasceu no bairro Mutuapira, em São Gonçalo, em 1971. Sua atual formação religiosa confessional é pentecostal, mas afirma que transita bem em outras matrizes, como a africana, uma vez que seus pais eram umbandistas. Até 1987, acompanhou seus pais em alguns cultos de matriz africana no terreiro que frequentavam no mesmo bairro que nasceu e ainda reside até hoje, e que quando não ia a sessão no terreiro, alguns cultos eram feitos na sua casa. A partir de 1987, com seus 16 anos, comecei a tocar em alguns lugares no município para defender uma gratinha. Pastor ferrugem esclarece que é protestante de confissão evangélica. Até outubro do ano passado ele era da batista tradicional, CBB. Agora ele é da Batista Nacional, que, segundo ele, tem assim algumas peculiaridades que se assemelham a pentecostal. Atualmente ele faz parte da denominação chamada Brasas do Reino que é uma vertente da Assembleia de Deus. Eles fazem um trabalho social com moradores de rua, “que é fazer churrasco com morador de rua”, por isso o nome “Brasas do Reino”.

³⁶ FERRUGEM, Carlos André. **Entrevista I**. Entrevistador: Camilla Fogaça Aguiar. São Gonçalo, 24 de fevereiro 2022. 1 arquivo mp3 (1h:29min:30s).

Em resumo: de cerca de dois milhões e dez mil na previsão orçamentária, somente 10.000,00 foi destinado para o museu da umbanda³⁷.

Em 2001, a câmara legislativa da Prefeitura de São Gonçalo aprovou, o orçamento para a construção de três museus religiosos. Os gastos fazem parte do plano plurianual que estabelece os objetivos e metas do município para os próximos quatro anos. O texto que foi aprovado em plenário destina para o espaço gospel e o centro católico, cada um, R\$ 1 milhão, entretanto a umbanda terá R\$ 10 mil. À diferença nos valores chamou a atenção de representantes das religiões de matriz africana, teve comoção midiática, e reação no Legislativo do Estado do Rio de Janeiro³⁸. Os vereadores da oposição, Professor Josemar (PSOL) e Romário Regis (PCdoB) propuseram uma emenda na lei orçamentária do ano que vem, com o objetivo de equiparar o valor do museu da umbanda com os outros.

A fim de encerrar a polemica sobre a discrepância de valores entre os museus, e sair do estigma de uma prefeitura que reproduz a intolerância religiosa, foi criada, no segundo semestre de 2021, a Coordenadoria de Assuntos religiosos de São Gonçalo. A Coordenadoria está diretamente subordinada à Secretaria de Assistência Social, vinculada a Subsecretaria de Proteção Especial e se apresenta como um espaço institucional, criado com o objetivo de dialogar com os assuntos relacionados às religiões presentes no município de São Gonçalo. Segundo o seu coordenador, o espaço tende a construir políticas públicas voltadas às crenças religiosas, focando nas possibilidades de diálogos e ações do poder público, na sua forma ampla e igualitária.

Essa coordenadoria realiza eventos religiosos dentro da câmara de São Gonçalo, como a solenidade “São Gonçalo segue em fé contra o preconceito e a intolerância religiosa”, realizada no Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, em janeiro de 2022. Além desse evento, há cultos antes do expediente do legislativo³⁹, mantendo o *modus operandi* em que sobreposições entre púlpito e palanque quando o espaço do sagrado sacraliza as ações dos políticos no espaço da política (Duarte 20).

Em geral, estes eventos públicos retroalimentam o prestígio das lideranças religiosas pentecostais, favorecendo não só a identificação dos eleitores com candidaturas confessionais, como também a defesa dos interesses dessas instituições religiosas nos diferentes níveis de poder político (Machado, *Política* 31; Camurça, *et al.*, 83). O aumento dessa presença pública e da circularidade dos segmentos pentecostais no campo político, contribui para que seus espaços religiosos sejam vistos como espaços de “proteção material, emocional e espiritual”, fazendo com que o indivíduo disponha “de alguma sensação de segurança” (Machado, *Política* 28).

O responsável pela coordenadoria é Carlos André Ferrugem, conhecido na câmara municipal como Pastor Ferrugem. O pastor acredita que a discrepância da verba entre museus foi “uma triste coincidência”, “um erro de digitação na planilha”⁴⁰, parte da peça orçamentária⁴¹.

Apesar de liderar uma coordenadoria que tem no cerne da sua criação as tensões religiosas, e a necessidade de dialogar com diferentes matrizes religiosas, Pastor Ferrugem alega que neste momento é mais interessante destinar verbas e energia política para comprar uniforme escolar, alimentação das crianças na

³⁷ Na prefeitura destinaram muito menos verbas ao museu da umbanda, pois numa área de predominância cristã, tendem a direcionar mais verbas aos pentecostais e aos católicos. Como o ambiente político tem predominância evangélica e católica, todo o aparato burocrático naturaliza essa hierarquia e discrimina os afro religiosos.

³⁸ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pN1wGRD-Qok>>. Acesso março de 2022

³⁹ Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CbCGaeWMV7R/>>. Acesso março de 2022

⁴⁰ FERRUGEM, Carlos André. **Entrevista I**. Entrevistador: Camilla Fogaça Aguiar. São Gonçalo, 24 de fevereiro 2022. 1 arquivo mp3 (1h:29min:30s).

⁴¹ “Erro de digitação na planilha” foi o modo de camuflar a intolerância religiosa ao atribuir menos valores aos grupos afro religiosos.

escola, dar condições para que a saúde melhore, por exemplo. Segundo ele, se sentiria constrangido de pegar um milhão de reais e destinar para outras pautas. Para ele, material e merenda escolar seriam questões mais relevantes para a cidade do que as verbas destinadas aos museus uma vez que não vê São Gonçalo como um município de destacado percentual de intolerância religiosa.

Esse mesmo tipo de discurso político foi usado por Crivella quando não investiu no carnaval carioca durante seu mandato de prefeito da cidade, alegando não ter verba, e o pouco de dinheiro disponível pela prefeitura, deveria ser direcionado para creches. Em ambos os casos há um cálculo político (Vital da Cunha e Lopes, Lui 49), em que outros segmentos, possíveis eleitores, que não necessariamente sejam pentecostais, mas sensíveis as questões assistenciais, possam ser mais bem considerados na esfera política destes candidatos. Demandas relacionadas a hospitais, creches, merendas e material escolar contemplam as classes trabalhadoras, pois saúde e escola são de fato considerados essenciais no cotidiano das camadas populares. E além do mais atingem de forma interessante as eleitoras, pois creches e universo escolar são preocupações também próximas ao universo feminino dessas camadas, em especial as trabalhadoras. Mesmo eleitores de outras religiões se veem atraídos para este tipo de retórica, o que amplia o quadro de possíveis eleitores fora do campo pentecostal, estratégia recorrente na campanha de Marcelo Crivella tanto para o senado quanto para a prefeitura do Rio de Janeiro (Siuda-Ambroziak e Bahia 363). E ainda cabe lembrar que o aspecto cultural, sendo menos estratégico no campo político, no caso aqui analisado, o museu seria um investimento a ser facilmente cortado em períodos de crise, podendo ser preterido por algum projeto assistencialista.

Além disso, as trocas promovidas entre políticos e eleitores, tendo como moeda de troca as benesses do campo assistencialista e conseqüentemente os votos, são regras comuns e regulares, e conforme vimos garantem o funcionamento do jogo político não apenas nos períodos eleitorais (Machado, *Os Votos* 91). A importância da pertença religiosa e do engajamento dos políticos a projetos assistencialistas tem sido comprovada como sendo bastante eficaz nos períodos eleitorais ao serem acionadas como parte dos recursos eleitorais (Machado, *Os Votos* 92). Um dos casos emblemáticos analisados por Machado (*Os Votos* 93) foi a eleição de Crivella em 2002, em que se baseou no projeto assistencialista da Fazenda Canãa⁴² como carro chefe da sua campanha, o que lhe rendeu lugar no senado. O slogan de sua campanha, em 2002, era “Se deu certo no sertão, vai dar certo no Rio⁴³”, enfatizando as preocupações sociais da IURD com a realidade da seca entre os nordestinos, associando a ideia religiosa (e poderosa) de Canãa a busca milenar da terra prometida.

Ferrugem acredita que a cidade não é intolerante, mas que “existem casos isolados de intolerância”, “casos pontuais⁴⁴”. Ele acredita que a atual prefeitura desenvolve mais diálogo, e ressalta a existência de pautas no calendário religioso do município que contemplam evangélicos, católicos e espíritas⁴⁵. Entretanto a descaracterização que faz da intolerância_ não como um fato social frequente e perturbador_ e sim como caso isolado e individual, é parte presente também nos casos classificados pela polícia de um crime menor,

⁴² Sobre o projeto ler: <https://www.canaa.org/> e <https://sites.universal.org/universal40anos/artigo/22-fazenda-canaa-conheca-a-historia-desse-importante-projeto-no-sertao-baiano>. Acesso em 27.03.2022. Crivella voltou do período em que foi missionário na África e usou a venda do CD “Mensageiro da solidariedade” para comprar os 500 hectares de terra e abrigar o que veio a ser Fazenda Canãa em Irecê, na Bahia. O álbum vendeu mais de 1 milhão de cópias e, com a doação inicial dos 850 mil reais do adiantamento dos direitos autorais junto à Sony, foram adquiridas as terras para a implantação do projeto.

⁴³ Se o projeto social Canãa promovido pelo Marcelo Crivella funcionou no interior da Bahia, na região do sertão, então também funcionaria na cidade do Rio de Janeiro. A ideia de usar projetos sociais com caráter assistencialista é comum entre os políticos pentecostais e são usadas como moeda de troca política. Ver nota 32.

⁴⁴ FERRUGEM, Carlos André. **Entrevista I**. Entrevistador: Camilla Fogaça Aguiar. São Gonçalo, 24 de fevereiro 2022. 1 arquivo mp3 (1h:29min:30s).

⁴⁵ Afim de camuflar o preconceito predominante no aparato de estado e no ambiente político local, o pastor Ferrugem sugere que não existe intolerância religiosa grave ou expressiva na região, mas seriam apenas poucos casos.

comumente chamado de “feijoada” e de difícil descrição, pois é compreendido como briga entre vizinhos ou picuinha.

Ele ressalta que tem tratado a todos de forma responsável, laica e respeitosa, e que nenhuma dessas pessoas que tem essa confissão de fé tem sido tratada de forma respeitosa, à exemplo cita a Festa de Iemanjá, na praia das pedrinhas, onde a sua coordenadoria e o governo municipal deram condições materiais para que esse evento acontecesse. Entretanto, as condições viabilizadas foram mínimas. O mínimo, em que se faz politicamente, para que não seja acusado publicamente de intolerância religiosa.

Fernando D’Oxum acredita que “a atual gestão da prefeitura tentando melhorar, em relação as matrizes afrobrasileiras, não fechou as portas, uma vez que, no caso dos museus tentou uma negociação através do Pastor Ferrugem, a fim de responder as acusações de intolerância pelo mal planejamento da verba do museu, pelo Romário e Josemar, e depois pelo Átila Nunes na Alerj”⁴⁶. Porém, Fernando também afirma que não vê medidas efetivas de participação como acontece nos cultos das igrejas evangélicas no município, e cita como exemplo a Festa de Iemanjá. Ele afirma que esse ano a prefeitura apenas deu “o toldo, o som e as cadeiras, mas não deram a cara lá”. Para Fernando, isso não é política inclusiva, isso é obrigação da prefeitura, “eles têm obrigação de entregar cadeira, som e toldo, mas eles têm que ir lá, patrocinar, dizer que está lá, dizer que é antirracista, que é anti-intolerante... senão não adianta nada você dar o dinheiro pra fazer o evento, mas você não vai dizer o que as igrejas precisam dizer: Tem sangue na bíblia!”⁴⁷.

A participação nesses eventos é protocolar, mínima, feita para manter uma convivência, em que o limite do tolerar está posto, porém compatível com as regras da política, em que é necessário acionar a ideia de liberdade religiosa para dizer que a respeita as diferenças, em atitudes calculadas e viáveis para a manutenção dos votos, e de uma certa aparência a ser reproduzida num campo social com forte presente pentecostal, porém com múltiplos segmentos religiosos em conflito.

Por ocasião da campanha para Prefeitura do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella teve em muitos momentos que se redimir das suas associações entre a África como lugar de paganismo e barbárie, devendo ser redimida pela missão evangélica, como no seu livro *Evangelizando a África*, publicado em inglês (1999) e depois em português (2002). Todas as imagens associam negritude a não civilidade, o que foi mal-recebido na época. Atualmente, o livro é difícil de ser obtido. Crivella tem sistematicamente publicado desculpas por essa publicação em várias declarações na imprensa, em que tratar de identidades étnicas pode ser problemático em momentos eleitorais, e no calor da hora os ativismos serem acionados e as intolerâncias serem explicitadas publicamente.

Considerações finais

A umbanda é uma religião sempre presente no espaço público. Isso pode ser observado a partir das diferentes controvérsias públicas que se formaram com diferentes concepções de religião, defendidas por seus intelectuais e líderes (Concone 37; Giumbelli, *Zélio de Moraes*, 192; Nogueira, *O papa* 51). A busca de legitimidade também se constituiu em uma constante na história da religião, conforme pudemos observar a partir das diferentes controvérsias públicas surgidas entre seus líderes e seus projetos (Montero 178).

⁴⁶ TORRES, Fernando. *Entrevista I*. Entrevistador: Camilla Fogaça Aguiar. São Gonçalo, 15 de fevereiro 2022. 1 arquivo mp3 (40min).

⁴⁷ TORRES, 2022

No caso analisado, os idealizadores do Marco Zero defendem uma umbanda única, que expressa diferentes aspectos presentes na formação cultural do Brasil, como indígenas, africanos, afro-brasileiros, ciganos, europeus etc. Assim, para eles, a umbanda é sincrética, expressão de diferentes grupos étnicos e sociais que formam o povo brasileiro. As ações de racismo religioso sofridas pelos adeptos da umbanda evidenciam como a imagem dessa vertente religiosa é indissociável do racismo, não obstante quantos projetos de umbanda existirem na prática. O mesmo problema se estende ao candomblé e às demais religiões afro-indígenas e suas diferenciações internas.

No caso do Museu Umbanda temos a ideia sugerida por seu idealizador de algo laico, cultural, um museu _não um terreiro_ em que fosse uma entrada possível para se abarcar as múltiplas umbandas e outras religiosidades afro. Comidas, rituais e outros símbolos negros e afro religiosos fariam parte da programação cultural futura do projeto. Entretanto o nome umbanda no projeto não o torna puramente laico, mas também religioso numa fronteira fluida e ambígua. Advindo de uma religião que na sua memória histórica é brasileira, e reúne a todos, é parte de uma cultura nacional, porém com data e local de nascimento, e com toda a sua territorialidade seja local ou global, sendo reivindicada pelos vários grupos afro religiosos: São Gonçalo. Isto é: de São Gonçalo para o Brasil.

Neste sentido, não obstante o reconhecimento das múltiplas umbandas pelos grupos que apoiam o projeto do museu, a umbanda de Zélio marca a territorialidade gonçalense em contraposição a umbanda omolocô de Tancredo, do morro do Estácio e arredores da Pequena África (Bahia e Nogueira, *Tem angola* 57; Accioli 305; Nogueira, *O papa* 102)⁴⁸. Não obstante a predominância do culto omolocô em São Gonçalo, a umbanda do Zélio é fundada no seu mito de origem: o transe do caboclo e na sua entrada espiritual e civilizatória em Neves, São Gonçalo. Mesmo sabendo dessas distinções, talvez seja estratégico para Fernando D'Oxum tomar a umbanda num sentido geral no projeto de fundação do museu, na sua concepção mais brasileira e sincrética, e depois incluir as demais identidades étnico religiosas na programação e funcionamento do museu. Mas em que medida essa estratégia passa incólume num lugar em que há um crescimento significativo da influência pentecostal no município? Lembramos que tanto a Assembleia de Deus quanto a Igreja Universal do Reino de Deus aumentaram significativamente suas influências na arena política e nos espaços públicos do município (Camurça *et al.*, *Relações* 81).

Ao logo da pesquisa, a comunidade religiosa de axé se mostrou receptiva a ambos os projetos enquanto apresentados como demarcadores afro-religiosos no espaço público municipal, configurando uma conquista política dos povos de axé em meio ao crescimento das investidas neopentecostais contra os terreiros. Por outro lado, a comunidade religiosa contesta a efetividade desses projetos enquanto ações isoladas de propostas que atendam a necessidade da comunidade negra no todo, como ações profissionalizantes, promoção de melhorias urbanas, financiamento alimentar e outros. Em ambos os projetos é destacada a umbanda de Zélio como política, não apenas pela influência deste personagem no contexto político local, mas numa ideia mais general em que todos podem ser abarcados pelo seu aspecto mais sincrético, a princípio sem tantas etnicidades demarcadas. Entram caboclos, pretos velhos ciganos sob a bandeira de Oxalá. Para uns a umbanda é de todos

⁴⁸ Accioli (305) relaciona a trajetória de Tancredo à territorialidade negra do Estácio: "A vivência no Estácio, bairro inserido a Cidade Nova _que guardava a memória desde os antigos quilombos do século XIX até os cortiços e favelas das primeiras décadas do século XX_, permitiu ao jovem nascido em Cantagalo a percepção de outros elementos culturais. Afinal, na rua do Catumbi, onde Tancredo transitava, ainda ecoavam o som das ancestrais festas, realizadas defronte ao cemitério, onde se reúnem, ao que dizem, mais de trezentos negros".

como no projeto do Marco Zero, e para outros a umbanda é uma porta de entrada onde entram todos, mas posteriormente as outras umbandas mais negras, candomblés entram mostrando a diversidade interna como peça chave desse museu. A gradação do mais geral ao mais específico soa estratégico, porém controverso em suas nuances.

Em um momento de pouco investimento do governo carioca, alinhado ao conservadorismo do governo Bolsonaro, na figura do governador Cláudio Castro e na do representante da Fundação Palmares, ao cortar financiamentos e vínculos com os diversos movimentos negros e afrorreligiosos, somado aos problemas administrativos do mandato de Crivella e à consequente desarticulação apontada por Átila Nunes, há uma configuração bastante intolerante na cidade do Rio de Janeiro. Contudo, não obstante esse cenário desolador, as resistências em São Gonçalo têm se intensificado após os dismantelos da prefeitura de Aparecida Panisset e buscado manter presença e visibilidade de suas religiosidades minoritárias no espaço público.

Nesse sentido, diferentes grupos com diversas formas de pensar religiosidades e negritudes também apoiam o Marco Zero (há também aqueles que não o reconhecem), nesse caso, em que a umbanda apresenta uma dimensão étnico-nacional sincrética, em que o negro, não sendo central em seu mito de origem, não deixa, entretanto, de ser parte dessa mesma história, pois sem negritude a própria ideia de origem e sincretismo estaria comprometida.

Para Nagata (10), a religião tanto pode ser apropriada de modo universal quanto particular pelos grupos étnicos. Em geral, ideias de nascimento comum, origem, ancestralidade e sangue são elementos recorrentes tanto na formulação de uma identidade étnica quanto na formação religiosa de uma coletividade. Ressaltamos a importância da ideia de memória em disputa (Pollack 4) afim de compreendermos que nem sempre a construção dessa memória é livre de discordâncias entre diferentes segmentos sociais. Buscamos entender de que modo a religião pode ser referida como elemento étnico-racial (Nagata), produtor de ideias, valores e identidades, servindo também de espelho para a compreensão das controvérsias públicas. Assim, pensamos os processos de mediação nos quais as categorias de um campo discursivo se movem para outro, produzindo traduções e, conseqüentemente, novas significações. Nesse sentido, uma multiplicidade de pontos de vista torna-se visível e pode ser descrita simultaneamente, e uma variedade de atores, não apenas religiosos, podem ser descritos em suas interações (Montero 178).

Em um momento político em que as subjetividades e suas diferenciações estão comprometidas por muita intolerância em sua realidade social, em que medida pode ser estratégico apoiar o negro subsumido em uma umbanda sincrética, mas que em sua história trouxe visibilidade política? Não obstante vários segmentos reconhecerem que o Projeto representa um espaço para pensar apenas um tipo de umbanda, ampla, universal, nacional, ele também pode abrir-se a um diálogo com aquilo que não se apresenta à primeira vista, mas que a constitui (negros, índios, brancos, ciganos, trabalhadores urbanos e outros tipos da sociedade nacional). Religião e identidade étnica estão ligadas ao poder, no sentido mais amplo, na extensão em que ambas podem ser acionadas em diferentes momentos (ou não) pelos interesses políticos e econômicos, que, por sua vez, também podem ser catalisadores para as causas religiosas e étnicas (Nagata). Sabemos que, em geral, a forma segmentar de organização dos segmentos afrorreligiosos é um *modus operandi* de fazer política (Aguiar, *Deus* 15), em que as diferenças existem, mas em muitos momentos podem ser rearticuladas, pondo as divergências de lado, promovendo momentos de união (Miranda e Boniolo, *Em público* 110). Em que medida unir forças em torno de

uma umbanda ora branca, ora sincrética, porém política, mesmo conhecendo as diferenças existentes, é estratégico, porém momentâneo?

Entrevistados

Isis Massarella Melo

Fernando D'Oxum

Jair José Pereira Ribeiro

Pastor Ferrugem

Pedro Vitor Rebelo Martins

Silvio Henrique Carvalho da Silva

Wagner Luiz Abreu Machado

Referências

Accioli, Nilma Teixeira. *O sagrado e o profano. Vivências negras no Rio de Janeiro*. Curitiba, Appris: 2018.

Aguiar, Camilla Fogaça. “*Deus abençoe São Gonçalo!*”: uma prefeita na linha de frente da guerra santa. Dissertação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2018.

Bahia, Joana; Nogueira, Farlen. “Tem Angola na umbanda? Os usos da África pela umbanda omolocô”. *Revista Transversos* 13 (2018): 53-78.

Bandeira, Marina. *A igreja católica na virada da questão social (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

Birman, Patrícia. “Registrado em cartório, com firma reconhecida: a mediação política das federações de umbanda”. *Cadernos do Iser* 18 (1985): 8-121.

Bortoleto, Milton. *Não Viemos para fazer aliança. Faces do conflito entre adeptos das religiões pentecostais e afro-brasileiras*. Dissertação. USP, 2014.

Biblioteca Nacional. *Padrinho Juruá: a manifestação do espírito para a caridade – as origens da umbanda – I*. Rio de Janeiro: Coletânea Umbanda, 2013.

Bourdieu, Pierre. *O poder simbólico*. São Paulo: Bertrand, 1999.

Brown, Diana. “Uma história da umbanda no Rio”. *Cadernos do Iser* 18 (1985): 9-42,

Cacciatore, Olga G. *Dicionário de cultos afro-brasileiros*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.

Camurça, Marcelo; Bahia, Joana; Aguiar, Camilla. “Relações interétnicas, luta contra intolerância religiosa e produção de candidaturas no campo político: eleições municipais de São Gonçalo (RJ) de 2020”. *Religião e Sociedade* 41/3 (2021): 75-97.

Camurça, Marcelo e Rodrigues, Ozaias da Silva. “O debate acerca das noções de ‘intolerância religiosa’ e ‘racismo religioso’ para a compreensão da violência contra as religiões afro-brasileiras”. *Revista OQ* 5/6 (2022): 5-30

Campos, Luiz Augusto. “Racismo em três dimensões: Uma abordagem realista-crítica”. *Revista brasileira de Ciências Sociais* 32/95 (2017): 1-19. <https://doi.org/10.17666/329507/2017>

- Campos, Roberta Bivar Carneiro; Neri, Raoni. "Religiões Afro-Indo-Brasileiras e Esfera Pública: um ensaio de classificação de suas formas de presença". *Religião e Sociedade* 40/1 (2020): 133-155.
- Cunha, Christina Vital da. "Ativismo Negro e Religioso: o caso da Frente Parlamentar de Terreiros no Congresso Nacional Brasileiro". *Cadernos Novos Estudos Cebrap* 40 (2021): 243-259.
- Concone, Maria. "Memória e crítica dos envolvimento políticos e das relações entre a umbanda e a Igreja Católica". *Projecto História* 7 (1987).
- Duarte, Tatiana dos Santos. " 'A casa dos ímpios se desfará, mas a tenda dos retos florescerá' : a participação da Frente Parlamentar Evangélica no legislativo brasileiro". Dissertação Universidade de Brasília. 2011.
- Giumbelli, Emerson. "Zélio de Moraes e as origens da umbanda no Rio de Janeiro". Silva, Wagner G., org. *Caminhos da alma: memória afro-brasileira*. São Paulo: Selo Negro, 2002. 178-202.
- _____. "A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil". *Religião & Sociedade* 28/2 (2008): 80-101.
- Isaia, Artur Cesar. "Ordenar progredindo: a obra dos intelectuais de umbanda no Brasil da primeira metade do século XX". *Anos 90* 11/1 (1999): 97-120, .
- _____. "Umbanda como projeto de nomeação da realidade brasileira". *Revista Brasileira de História das Religiões* VII (2015):115-129.
- Machado, Maria das Dores Campos. *Política e religiões: a participação dos evangélicos nas eleições*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- Mainwaring, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- Mariano, Ricardo. "Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal". *Estudos Avançados*18/52 (2004): 121-138. doi.org/10.1590/S0103-40142004000300010
- Morais, Mariana Ramos de. " 'Povos e comunidades tradicionais de matriz africana' no combate ao "racismo religioso": a presença afro-religiosa na Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial". *Religião & Sociedade* 41/3 (2021): 51-73.
- Miranda, Ana Paula Mendes de; Boniolo, Roberta M. " 'Em público, é preciso se unir': conflitos, demandas e estratégias políticas entre religiosos de matriz afro-brasileira na cidade do Rio de Janeiro". *Religião e Sociedade* 37/2 (2017): 86-119 .doi.org/10.1590/0100-85872017v37n2cap04
- _____. "Entre o privado e o público: considerações sobre a (in)criminação da intolerância religiosa no Rio de Janeiro". *Anuário Antropológico* 2 (2010): 125-152.
- _____. "A força de uma expressão: intolerância religiosa, conflitos e demandas por reconhecimento de direitos no Rio de Janeiro". *Comunicações do ISER* 66 (2012): 60-73.
- Montero, Paula. "Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso". *Religião e Sociedade* 32/1 (2012):167-183.
- Nagata, Judith. "Particularism and universalism in religious and ethnic identities: Malay Islam and others cases". *Proceedings of the American Ethnological Society*. The American Ethnological Society: 1982.

Nascimento, W.F. “O fenômeno do racismo religioso para os povos de matrizes africanas”. *Revista Eixo* 6/2 (2017): 51 – 56.

Nogueira, Farlen. “O papa da umbanda omolocô”: Tancredo da Silva Pinto, clivagens e disputas no campo religioso umbandista do Rio de Janeiro (1950-1979). Dissertação Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2020.

Oro, Ari Pedro. “Neopentecostais e Afro-Brasileiros: quem vencerá esta guerra?” *Debates do NER* 1/1 (1997): 10-36.

Ortiz, Renato. *A morte branca do feiticeiro negro: umbanda e sociedade brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

Parés, Luis Nicolau. “Religiosidades”. *Dicionário da Escravidão e Liberdade. 50 textos críticos*. Schwarcz, Lilia Moritz e Gomes, Flávio dos Santos. São Paulo, Companhia das Letras, 2018. 395.

Pollack, Michael. “Memória, esquecimento e silêncio”. *Estudos Históricos* 2/3 (1989): 3-15.

Rohde, Bruno. “Umbanda, uma religião que não nasceu: breves considerações sobre uma tendência dominante na interpretação do universo umbandista”. *Revista de Estudos da Religião* (2009): 77-96.

Siqueira, José Jorge. *Entre orfeu e xangô: a emergência de uma nova consciência sobre a questão do negro no Brasil (1944-1968)*. Rio de Janeiro: Pallas, 1997

Vital da Cunha, C; Lopes, P. V. L; LUI, J. *Religião e política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições de 2014*. Rio de Janeiro: Heinrich Böll Stiftung, 2017.

_____. “Ativismo negro e religioso. o caso da Frente Parlamentar de Terreiros no congresso Nacional Brasileiro”. *Novos Estudos CEBRAP* (2021): 243-259.

Sangenis, Luís Fernando Conde; Costa, Graziane Angélica. “Neo Pentecostalismo, Racismo religioso e Intolerância Religiosa: as religiões afro brasileiras nas páginas dos jornais”. *História Social da Intolerância Religiosa no Brasil: desafios na contemporaneidade*. Ivanir dos Santos e Marian Gino orgs. Kline Editora, 2021. 1240- 1518. E-book.

Silva Vagner Gonçalves. “Neopentecostalismo e religiões afro-brasileiras: Significados do ataque aos símbolos da herança religiosa africana no Brasil contemporâneo”. *Mana* 13/1 (2007): 207-236.

Siuda-Ambroziak, Renata e Bahia, Joana. “Religious Leaders in Politics: Rio de Janeiro Under the Mayor-Bishop in the Times of the Pandemic”. *International Journal of Latin American Religions* 4 (2020): 360–379.